

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.061 - MG (2019/0218067-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : DENISE MARIA FREIRE REIS MUNDIM - MG040999
LEONARDO ALVES DE MELO BRAGA - MG121037
LUIS GUSTAVO REIS MUNDIM - MG157259
EMBARGADO : EISENHOWER PEGO DE SALES
EMBARGADO : MARIA NEIDE CHAVES SALES
ADVOGADO : FLAVIA CHRISTIANE SALES - MG105744

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL à decisão de fls. 588-590 (e-STJ) que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial em virtude da ausência de vício na prestação jurisdicional, da legalidade da incidência da multa disposta no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 e da aplicação da Súmula nº 284/STF.

Afirma a embargante que a decisão é omissa "(...) *em relação à alegação de violação aos artigos 31, § 1º, da Lei Complementar 109/2001 e artigo 29 da Lei nº 8.177/91*" (fl. 593, e-STJ).

Requer que sejam acolhidos os embargos de declaração para sanar o vício apontado.

Sem impugnação (fl. 600, e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Não prospera a inconformidade veiculada nos presentes aclaratórios.

A decisão atacada não padece de nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios enumerados no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015): obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

De fato, os dispositivos legais tidos por omissos sequer foram citados nas razões do recurso especial de fls. 399-421 (e-STJ).

Ante o exposto, rejeito os presentes embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA - Relator